



Instituto Nacional de Estatística

# PLANO DE FORTALECIMENTO DAS ESTATÍSTICAS TERRITORIAIS

Março, 2010

**Presidência do INE**

**João Dias Loureiro**  
*Presidente*

**Manuel da Costa Gaspar**  
*Vice-Presidente*

**Valeriano da Conceição Levene**  
*Vice-Presidente*

**Ficha técnica**

**Título**

Plano de Fortalecimento das Estatísticas Territoriais

**Editor**

Instituto Nacional de Estatística  
Direcção de Coordenação e Integração Estatística  
Avenida Ahmed Sekou Touré, nº 21  
Telefones: +258 21 492114  
Fax: +258 21 492114  
Caixa Postal 493, Maputo  
Homepage: [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz)  
E-mail: [amelia.muendane@ine.gov.mz](mailto:amelia.muendane@ine.gov.mz)

**Direcção da obra**

Amélia Muendane

**Coordenação**

Natércia Macuácuá

**Produção**

Instituto Nacional de Estatísticas, Grupo Técnico Central para as Estatísticas Territoriais

**Colaboração**

Delegações Provinciais do INE

**Tiragem**

500 exemplares

## **Prefácio**

Os dados estatísticos são universalmente reconhecidos em todos os domínios de actividades socioeconómicas, culturais e políticas, como importantes para os formuladores de políticas nacionais e internacionais e para os diversos operadores e parceiros económicos e sociais, nacionais e internacionais.

A harmonização de um sistema estatístico, em todas as etapas da sua cadeia de valor, é essencial para garantir a produção de dados e informações básicas, para guiar os processos de tomada de decisão necessários para promover o crescimento rápido e sustentável, indo de encontro aos desafios constantes nos acordos regionais, africanos e internacionais, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Declaração de PARIS sobre novas formas de incrementar a eficácia da cooperação.

Esta harmonização exige uma acção decidida e concertada a todos os níveis, no sentido de remover os obstáculos existentes, promover a formação de quadros e o acesso a recursos financeiros, materiais e infra-estruturas, essenciais para a implementação efectiva e eficaz e produção de estatísticas harmonizadas.

A utilização e adaptação de padronizadores existente, para os Sistemas Estatísticos dos países, tais como o Quadro de Avaliação de Qualidade do FMI (DQF) e a Carta Africana de Estatística, são fundamentais para assegurar uma estrutura flexível de avaliação de qualidade das estatísticas, bem como a introdução de boas práticas na produção e difusão dos dados.

Ao se aprovar o Plano Estratégico do Sistema Estatístico, o INE mostra de forma inequívoca que está determinado a fazer das estatísticas produzidas em Moçambique um verdadeiro instrumento de trabalho para os diferentes intervenientes no desenvolvimento do País e no combate à pobreza, bem como no aprofundamento duma governação participativa e descentralizada.

Efectivamente, o conceito da governação local tem raízes profundas nos primeiros da Independência Nacional. Com a paz, o debate sobre a diversidade local do país e a necessidade de introduzir práticas que melhor aproximassem o cidadão e o Estado a todos os níveis teve condições para ser retomada.

Neste contexto, uma proposta legislativa de 1994 previa a “autarquização dos distritos”. Esta ideia foi preterida, tendo-se avançado de forma gradual com o processo, consolidando a prática “urbana” do conceito. Assim surgiram as primeiras 33 autarquias (recentemente alargadas a mais 10 localidades).

Posteriormente, a Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de

província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local participativa.

O Distrito é, pois, um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições públicas e privadas.

Neste sentido, de entre os objectivos gerais do Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional (SEN), importa realçar o seu objectivo estratégico 2 que é: “**Criar progressivamente capacidade de produção estatística ao nível dos distritos e municípios que respondam às necessidades do processo de governação e desenvolvimento local e nacional**”.

No contexto da implementação deste objectivo estratégico foi realizado, em 2009, um diagnóstico dos processos estatísticos em todas as províncias e em alguns distritos do país, que visou identificar os pontos fortes e fracos estatísticos da cadeia de valor estatística (recolha, processamento e disseminação da informação). Os resultados deste diagnóstico permitiram identificar os mecanismos para o melhoramento do SEN, bem como dar uma visão clara de quão longo é o caminho a percorrer, para que as estatísticas dos diferentes sectores apresentem um nível bom e equivalente, de qualidade.

As suas conclusões e caminho de acção proposto estão sistematizados no presente *Plano para o Fortalecimento das Estatísticas Territoriais*, aprovado no Conselho Consultivo Alargado do INE de Março de 2010.

Com este Plano pretende-se, com base nos dados administrativos originados nos diferentes sectores do SEN, produzir dados e informação estatística de qualidade fiável, harmonizados de acordo com os padrões internacionalmente aceites e que sejam representativos até ao nível distrital e municipal. Deste modo, o Plano para o Fortalecimento das Estatísticas Territoriais servirá de alavanca e janela de entrada para abordar com sucesso os desafios constantes no plano estratégico do SEN, iniciando a criação de uma base institucional no terceiro nível de desagregação do SEN que são os distritos e os municípios.

Neste quadro convém relembrar os seguintes desafios constituintes do PE-SEN:

- Monitoria do PARPA e dos planos do Governo: Exigências de mensuração da evolução dos níveis da pobreza, da economia, da produtividade, que implicam uma vasta utilização de estatísticas multidisciplinares;
- Descentralização: Fortalecer a capacidade de produção estatística ao nível dos municípios, distritos e províncias, que respondam às necessidades do processo de governação e desenvolvimento local e nacional;
- Coordenação interinstitucional: Racionalizar as funções dos órgãos produtores de estatísticas, melhorar a coordenação intersectorial e evitar redundâncias. Assegurar que os processos de

reforma da Função Pública acautelem devidamente a função estatística. Proceder à reforma do SEN de modo a ajusta-la à reforma geral da Função Pública;

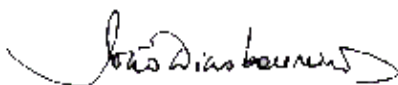
- Parcerias: Formar parcerias de modo a assegurar financiamento apropriado para as actividades estatísticas, tirando vantagens a aberturas a fluxos adicionais de ajuda externa, desde que alinhados com as actividades e planos do Governo. Integrar nos programas e planos de actividade os principais compromissos internacionais de integração na sub-região continental e na comunidade internacional.

Este Plano é ambicioso! O seu sucesso depende do empenho árduo e sinergias de todos os intervenientes ou parceiros, em todo o território nacional (produtores e usuários dos dados estatísticos): Instituições do Estado, sector público e privado, instituições académicas e de pesquisa, organizações não-governamentais e a sociedade civil em geral e parceiros internacionais.

A implementação efectiva deste plano exige recursos financeiros e o reforço das capacidades institucionais do SEN, o que requer um financiamento estável e adequado das actividades estatísticas e o reforço da independência técnica do Instituto Nacional de Estatística, bem como das unidades produtoras de estatísticas oficiais em todos os níveis do território nacional.

Só, assim, asseguraremos que as estatísticas produzidas em todo o território nacional na base de actos administrativos sejam um instrumento, para o Governo formular e monitorar as suas políticas e deste modo contribuir para a melhoria progressiva das condições de vida dos cidadãos, fazendo de Moçambique um modelo vivo dos princípios de produção de estatísticas harmonizadas.

Maputo, Março de 2010



O Presidente do INE

Doutor João Dias Loureiro

## **Agradecimentos**

O INE endereça os melhores agradecimentos aos Governos Provinciais e Distritais e aos técnicos dos diferentes Ministérios, que deram as suas contribuições e apoio para a elaboração do presente Plano para o Fortalecimento das Estatísticas Territoriais.

Estes agradecimentos são extensivos aos Parceiros do Fundo Comum e à assistência técnica, pelo apoio prestado na elaboração do presente Plano.

# Índice

Agradecimentos	VI
Abreviaturas e Glossário	VIII
1 Introdução	XII
2 Avaliação do Estado Actual das Estatísticas Territoriais	3
2.1 Estatísticas disponíveis para o nível do distrito	4
2.2 Situação actual dos dados e fluxos de informação	5
3 Desenvolvimento do sistema de produção dos dados estatísticos nos distritos e municípios	7
3.1 Visão das Estatísticas territoriais	7
3.2 Fases do processo de melhoria da produção de estatísticas territoriais	8
3.2.1 Base de dados integrada das Estatísticas territoriais	9
3.2.2 Publicações	12
3.2.3 Comissões Técnicas de Qualidade	12
3.2.4 Formar os técnicos sobre os novos procedimentos	14
3.3 Responsabilidades dos intervenientes aos diferentes níveis	16
3.3.1 Responsabilidades de Nível Central	18
3.3.2 Responsabilidades de Nível Provincial	19
3.3.3 Responsabilidades do Nível Distrital	19
4 Plano de trabalho	21
5 Recursos necessários para implementação do plano	23
5.1 Recursos Humanos	23
5.2 Recursos Materiais	23
5.3 Recursos Financeiros	23

## ANEXOS

ANEXO A: Lista dos Indicadores/ dados usados para o diagnóstico

ANEXO B: Quadro de Avaliação de Qualidade do FMI

ANEXO C: Critérios usados no processo de avaliação

ANEXO D: Avaliação de qualidade por fonte

ANEXO E: Análise FOFA

## Abreviaturas e Glossário

BD-ETs	(Base de Dados de Estatísticas Territoriais)
BM	(Banco de Moçambique)
CAP	(Censo Agro-pecuário)
CCAINE	(Conselho Consultivo Alargado do INE)
CSE	(Conselho Superior de Estatística)
DQAF	(Quadro de Avaliação de Qualidade do FMI)
DCI	(Direcção de Censos e Inquéritos)
DEMOVIS	(Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais)
DESE	(Direcção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas)
DICRE	(Direcção de Integração, Coordenação e Relações Externas)
DCNIG	(Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais)
DARH	(Direcção de Administração e Recursos Humanos)
DPINE	(Delegações Provinciais do Instituto Nacional de Estatística)
DEEF	(Departamento de Estatísticas Económicas e Financeiras)
DEDS	(Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais)
DARH	(Departamento de Administração e Recursos Humanos)
ESDEM	(Estatísticas Sociais e Demográficas de Moçambique)
ET's	(Estatísticas Territoriais)
FUE	(Ficheiro de Unidades Estatísticas)
GDDS	(Sistema Geral de Disseminação de Dados)
GPINE	(Gabinete do Presidente do INE)
GT- ET's	(Grupo Técnico Central do SEM para as ET's)
IAE	(Índice de Actividade Económica)
ICP	(Programa África de Comparações Internacionais)
IFTRAB	(Inquérito Integrado à Força de Trabalho)
INCAM	(Inquérito sobre as Causas de Mortalidade)
INE	(Instituto Nacional de Estatística)
INFOR	(Inquérito ao Sector Informal)
INS	(Instituto Nacional de Saúde)
IOF	(Inquérito sobre Orçamento Familiar)
IPC	(Índice de Preços no Consumidor)
ISRI	(Instituto Superior de Relações Internacionais)

LOLE	(Lei sobre os Órgãos Locais do Estado)
MAE	(Ministério da Administração Estatal)
MCT	(Ministério da Ciência e Tecnologia)
MEC	(Ministério da Educação e Cultura)
MFP	(Ministério da Função Pública)
MICS	(Inquérito sobre Indicadores Múltiplos)
MINAG	(Ministério da Agricultura)
MINT	(Ministério do Interior)
MISAU	(Ministério da Saúde)
MITRAB	(Ministério do Trabalho)
MITUR	(Ministério do Turismo)
MPD	(Ministério de Planificação e Desenvolvimento)
MPESCAS	(Ministério das Pescas)
ODINE	(Órgãos Delegados do Instituto Nacional de Estatística)
ODM	(Objectivos de Desenvolvimento do Milénio)
PALOP	(Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)
PARPA	(Programa de Acção para Redução da Pobreza Absoluta)
PE-SEN	(Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional)
PES	(Plano Económico Social)
PIB	(Produto Interno Bruto)
PIR PALOP	(Programa Indicativo Regional para os PALOP)
PROAGRI	(Programa para Agricultura)
RGPH	(Recenseamento Geral da População e Habitação)
SADC	(Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África )
SD	(Secretaria Distrital)
SEN	(Sistema Estatístico Nacional)
SIDA	(Síndrome de Imunodeficiência adquirida)
SIS	(Sistema de Informação para a Saúde)
USAID	(Agência Norte - Americana de Desenvolvimento Internacional)
UE	(Unidade Estatística)

## Resumo Executivo

O Plano para o Fortalecimento das Estatísticas Territoriais tem os seus fundamentos nos seguintes instrumentos legais e estratégicos:

- [Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio, Lei sobre os Órgãos Locais do Estado](#), a qual regula a desconcentração e devolução de funções do nível central para o nível local, estabelecendo os princípios e normas de organização e competências para o funcionamento dos Órgãos Locais do Estado.
- O Plano Estratégico do SEN para o quinquénio 2008 – 2012, em particular os seus objectivos, no âmbito da descentralização, que apontam para o estabelecimento progressivo de estruturas locais que produzam informação estatística em tempo útil, de forma a satisfazer as necessidades de informação a esses níveis de governação e desenvolvimento.

O INE na sua qualidade de órgão reitor de produção de estatísticas oficiais no País e fazendo uso das suas competências, procederá, igualmente, à operacionalização da Lei n.º 7/96, de 5 de Julho, (Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional) e o Decreto Presidencial n.º 9/96, de 28 de Agosto (Criação do Instituto Nacional de Estatística), de modo a promover e fazer um melhor uso das sinergias entre os vários sectores e níveis territoriais mais, intervenientes do SEN.

O PFET propõe-se a desenvolver a capacidade de recolher, processar e usar as estatísticas oficiais ao nível distrital e municipal, fazendo uso da regulamentação dos OLEs que atribui às Secretarias Distritais as competências de todos os serviços do Estado que não estejam expressamente atribuídas a um Serviço Distrital.

Espera-se que ao longo do período de implementação do plano, os princípios que regem a produção de estatísticas oficiais, nomeadamente: Autoridade estatística, Segredo estatístico, Autonomia técnica, Imparcialidade, Transparência, Fiabilidade; Pertinência e Coordenação estatística; sejam progressivamente devolvidos a todos os níveis territoriais, sob supervisão geral da Comissão Técnica Central de Qualidade, coadjuvado pelas Comissões Técnicas Sectoriais de Qualidade.

Através de uma abordagem integrada o Plano para o Fortalecimento das Estatísticas Territoriais pretende que o Sistema Estatístico Nacional esteja representado a nível do distrito, para tal, os distritos devem ter como condições:

- As infra-estruturas dos Serviços Distritais melhoradas para permitir que os técnicos processem, arquivem e analisem estatísticas e indicadores locais com qualidade;
- Hardware e software apropriado, bem como serviços de rotina de apoio e manutenção e suporte dos mesmos;

- Técnicos de planificação dos Serviços Distritais e o técnico de estatística da Secretaria Distrital sejam formados na área de produção e uso de dados estatísticos;
- Um banco de dados em todos os distritos que permita aos técnicos disponibilizar informação sempre que os usuários solicitarem.

A razão fundamental desta abordagem de implementação reside na necessidade de se aproveitar ao máximo as sinergias existentes e fortalecer cada vez mais o uso dos procedimentos administrativos na produção de estatísticas e que os sectores se sintam parte integrante deste processo pondo à disposição os seus conhecimentos específicos das áreas, bem como os recursos necessários, para a implementação do plano, que é baseado nos resultados do diagnóstico dos processos estatísticos. O processo proposto no Plano prevê que a recolha e o processamento de dados sejam descentralizados, ao longo das seguintes fases principais:

A primeira fase (2010/2011)

- Estabelecer as bases do Sistema, criando os necessários mecanismos de coordenação intra e inter sectorial;
- Harmonizar os procedimentos e metodologias: consolidar os processos estatísticos nos sectores classificados como sendo do Tipo 1 e 2 (com fontes de dados de boa qualidade e relativamente ligeira necessidade de melhorias).

Segunda Fase (2012+)

- Introduzir procedimentos normativos nos seus actos administrativos de recolha, processamento e disseminação dos sectores classificados como do Tipo 3 e 4 (com fontes de dados de má qualidade ou necessitando de total reformulação).

Terceira fase (2013- 2017)

- Transferir o sistema para os distritos, os quais serão responsáveis pela recolha, processamento e disseminação dos seus dados (Tipo 1 e 2).

As fases subsequentes serão a melhoria e consolidação da qualidade de todas as fontes de dados e em caso de necessidade a identificação de novas fontes.

A implementação deste Plano faseado resultará nos seguintes resultados de curto prazo.

<b>Ano</b>	<b>Resultado</b>
2010	1ª Versão do Banco de Dados Integrado de estatísticas territoriais
2010	Estatísticas distritais disponibilizadas no <i>website</i> do INE
2010	Publicações anuais das estatísticas distritais e provinciais resumidas
2010	Unidades de estatísticas das Secretarias distritais e dos municípios funcionais
2010	Técnicos capacitados com domínio no uso da base de dados integrada
2011	Metadados completos de todas as fontes e indicadores que contam na base de dados integrada
2011	Ficheiros de unidades estatísticas actualizadas em todos os distritos
2011	Fontes de dados do tipo 1 e 2 melhoradas
2011	Calendário de publicação das Estatísticas Territoriais divulgado antecipadamente
2012+	Padrões de qualidade de estatísticas territoriais consolidadas
2012+	Membros do SEN formados e trabalhando de acordo com o código profissional de conduta
2012+	Dados melhorados e processamento descentralizado

Este Plano é ambicioso e deverá ser cuidadosamente monitorado e ajustado anualmente. O INE, em coordenação com as Direcções responsáveis pela produção de estatísticas sectoriais na base de fontes administrativas, constituirá *Comissões Técnicas de Qualidade Sectoriais*, que farão a supervisão e monitoria das mudanças a efectuar e dos seus resultados, tendo em conta também as exigências dos diferentes usuários Centrais, Províncias e Distritais, de modo a ajustar o plano ao longo do seu período da implementação.

Finalmente, o Plano inclui, os custos indicativos da sua implementação, apresentando as principais medidas a adoptar para a mobilização dos recursos necessários.

# 1 Introdução

A intenção de criar capacidade territorial em produção de estatísticas está estabelecida no Plano Estatístico do SEN de 2008-2012, que afirma a intenção de *'Criar progressivamente a capacidade de produção da estatística ao nível de distritos e municípios que respondam às necessidades do processo de governação e desenvolvimento local e nacional'*.

Moçambique adopta formas de governação progressivamente mais descentralizadas, para melhorar a resposta das políticas de acordo com as necessidades da população, bem como melhorar a responsabilidade social. Este processo necessitará de informação e estatísticas com foco local. Por outro lado, os sistemas estatísticos ficaram cada vez mais centralizados nas últimas décadas, com ênfase em pesquisas nacionais que não permitem representatividade local fiável. Existem algumas técnicas que permitem estimativas locais, mas essas técnicas são limitadas quanto ao seu alcance. Por isso, as estatísticas locais devem-se basear em dados e registos administrativos e censos.

As estatísticas territoriais referem-se a dados que estejam disponíveis nos distritos e municípios e, em alguns casos, em níveis mais baixos. O maior desafio consiste em conseguir fornecer dados credíveis nesses níveis para que o público e os seus usuários os possam utilizar. Uma vantagem de descentralizar as estatísticas consiste em aproximar o processamento dos dados à sua fonte e melhorar a sua qualidade, utilizando o conhecimento local e perícia. Existem também os riscos, de aqueles dados serem menos objectivos ou de a confidencialidade dos conteúdos, poder ser comprometida. Isto terá de ser salvaguardado, através de mecanismos institucionais para as estatísticas territoriais.

Cada indicador tem uma fonte ou fontes diferentes. Os processos pelos quais os dados são recolhidos variam drasticamente de fonte para fonte. Alguns são recolhidos pelos técnicos dos sectores, outros através de formulários preenchidos por fontes primárias locais e outros são extraídos de arquivos e registos. Alguns desses dados estão sob responsabilidade das ODINE's, que têm poderes delegados pelo INE, enquanto para outros dados, não existe nenhuma regulação estatística para a sua recolha. A qualidade dos dados das ODINE's também varia, pois existem dados de sectores que foram beneficiados intensivamente por programas e acompanhamento dos sistemas de monitorização que são muitas vezes de qualidade relativamente boa, enquanto existem dados de outros sectores, cuja qualidade é inferior e necessitam de melhorias.

O INE já iniciou o trabalho para determinar os mecanismos necessários para produção das estatísticas territoriais. Lançou uma proposta de um SEN alargado e executou um exercício de diagnóstico de qualidade em todas as províncias do País, tendo a Província do Maputo como Piloto. O trabalho foi empreendido com representantes distritais e provinciais que resultou num menu de indicadores e

dados necessários no nível distrital. Os preparativos para constituir um banco de dados integrado das Estatísticas Territoriais estão avançados o que permitiu iniciar o processo de publicações distritais.

O menu de indicadores e dados necessários pelos usuários é constrangido pela disponibilidade e qualidade dos mesmos. As necessidades dos usuários cobrem dados que já estão a ser recolhidos, mas também se estende a novas necessidades de recolha de dados, em resposta a exigências de políticas.

O plano descreve o processo de progressiva melhoria da capacidade de desenvolvimento e utilização das estatísticas locais, consciente de que responsabilizar a produção da estatística aos níveis inferiores do território e dos sectores é um desafio, tendo em conta as assimetrias entre distritos em termos de infra-estruturas, recursos humanos e materiais, para além da necessidade de se salvaguardar os aspectos relacionados com os princípios estatísticos já referidos anteriormente. Por isso, as primeiras fases da implementação do plano irão focar nos mecanismos institucionais para transferir os processos estatísticos do nível central para os níveis mais baixos, no que diz respeito às fontes que já possuem boa qualidade. Este foco nos processos já existentes permitirá que a autoridade estatísticas testem o sistema em processos robustos, antes de passar para os mais débeis ou novos.

Agindo desta forma o plano oferece também bases para que os sectores que nunca beneficiaram de programas de melhoria dos seus processos de recolha de dados, mobilizem os recursos adicionais necessários para responder à crescente necessidade de informação das áreas respectivas.

Os principais capítulos pelo Plano de Desenvolvimento das Estatísticas territoriais são os seguintes:

- ***Avaliação do estado actual das Estatísticas Territoriais:*** neste capítulo faz-se uma breve análise das condições actuais para a disponibilização dos dados ao nível dos distritos e municípios. Apresentam-se também as principais fontes de dados estatísticos existentes para esse nível de desagregação, bem como os principais inconvenientes que elas apresentam.
- ***Desenvolvimento do sistema de produção dos dados estatísticos nos distritos e municípios e responsabilidades nos vários níveis do território:*** estes capítulos apresentam a visão geral do plano de implementação das ETs, os passos que levarão a concretização dessa visão, como melhorar e modernizar os processos administrativos de recolha de dados e os mecanismos de coordenação entre os intervenientes e o fluxo dos dados no sistema.
- ***Publicação:*** este capítulo aborda as publicações que o SEN vai disseminar no âmbito das ETs e com que periodicidade, bem como os mecanismos que serão usados para a revisão e actualização dos dados.
- ***Recursos necessários para implementação do plano:*** neste capítulo apresenta-se os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para a implementação do plano de Fortalecimento das Estatísticas.

## **2 Avaliação do Estado Actual das Estatísticas Territoriais**

Esta avaliação é feita na base dos resultados do Diagnóstico dos Processos Estatísticos realizado em 2009 em todas as Direcções Provinciais e numa amostra dos Serviços Distritais de 18 distritos do país.

A base para a revisão de qualidade foi o Quadro de Avaliação de Qualidade do FMI (DQAF). A avaliação foi realizada por equipa de funcionários de estatística e planificação das províncias. O exercício diagnóstico focalizou nas questões que da standardização dos processos, e em particular em descobrir se os distritos seguiram as mesmas ou diferentes metodologias e procedimentos.

Os principais tópicos cobertos no exercício do diagnóstico incluem os seguintes pontos:

### **Recolha de Dados**

- A população coberta,
- O uso de formulários estandardizados em todos os distritos,
- Periodicidade da recolha,
- Unidade respondente é igual em todos os distritos,
- Se usam classificações padronizadas,
- Se existe alguma circunstância em que os dados não são recolhidos,
- Se a informação é introduzida em formato electrónico e onde é feito,
- Para onde a informação é enviada, a periodicidade e o formato de envio.

### **Compilação & Edição**

- Métodos de correcção de erros usados,
- Se existem instruções para correcção dos erros,
- Se o registo das mudanças realizadas é guardado durante o processo da correcção,
- Se informam aos seus fornecedores de dados dos erros encontrados,
- Verificam se todas as unidades respondentes enviaram a informação,
- Procedimentos usados quando ocorre ausência de dados,
- Se o nível acima faz correcções,
- Se estas mudanças são enviadas para os níveis inferiores,
- Se é usada alguma informação de um outra fonte para a correcção dos dados.

### **Actualização da lista e registo da amostra**

- Se o serviço recebe a lista actualizada ou registo de todas as unidades que espera-se que irão responder.

- Qual a informação usada para a actualização da lista ou registo,
- Periodicidade da revisão da lista ou registo,
- Periodicidade da actualização da lista.

#### Análise & Disseminação

- Se possui um arquivo das séries dos dados dos últimos 3 anos,
- Se foi realizado uma comparação dos dados, para a consistência, coerência & resultados inesperados,
- Se o serviço publica os dados recolhidos,
- Se dissemina a informação de um outro serviço,
- Qual a disseminação do formato,
- Se procuram saber qual a opinião dos usuários sobre os dados.

#### Capacidades & Qualidade e Pré-requisitos

- Base legal para a recolha estatística,
- Número de funcionários no serviço e número de funcionários com qualificações estatísticas,
- Descrição das qualificações estatísticas,
- Se o serviço tem alguma fonte de energia que suporte o funcionamento dum computador,
- Número de computadores para estatística e número de computadores que estão a funcionar,
- Se usa *Software* estatístico,
- Se existe assistência de um técnico de informática no distrito/província,
- Se o serviço tem acesso a internet.

Desta actividade resultou avaliação que a seguir apresentamos e como anexo ao plano encontram-se o quadro de avaliação de qualidade que foi preenchida para cada uma das fontes bem como a análise FOFA feita para todo o processo.

### **2.1 Estatísticas disponíveis para o nível do distrito**

Existem três tipos de fontes estatísticas (INE, Ministérios e Serviços Distritais) potencialmente disponíveis para se usar ao nível distrital, sendo que cada uma das fontes necessita de um tratamento diferente.

As estatísticas produzidas centralmente pelo INE que podem ser desagregadas para fornecer estatísticas fiáveis ao nível local, são os recenseamentos, nomeadamente, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) e o Censo Agro-Pecuário (CAP), informação geralmente disponível de 10 em 10 anos. Outros produtos do INE que podem ser usados são: as Projecções da população e o Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

A informação administrativa das ODINE's e outros Ministérios é recolhida pelos sectores que são ODINE's, por terem mandato do INE para produzirem estatísticas oficiais e por outros Ministérios e Direcções provinciais, como parte da sua gestão corrente, para permitir planear e monitorar os seus programas de actividade.

Existem ainda recolhas de dados específicos do Distrito feitos localmente sobre matérias de importância para o Governo Distrital. Sendo que alguns desses dados podem ser harmonizados para fornecer dados comparativos e de qualidade.

No que diz respeito a outras fontes centrais do INE, a maior parte das amostras estatísticas aplicadas são demasiado pequenas para se produzir estatísticas distritais representativas. Aumentar a sua dimensão, implicaria custos elevados e gestão de grandes operações de campo, com risco de se comprometer a qualidade dos dados.

## **2.2 Situação actual dos dados e fluxos de informação**

Em geral, as estatísticas na base dos processos administrativos revelam imperfeições. Apesar de quase todos os sectores terem pelo menos um técnico, responsável no distrito por recolher os dados, estes não obedecem aos princípios de qualidade definidos nas metodologias e instrumentos padronizadores.

As principais fragilidades encontradas durante o diagnóstico dos processos estatísticos foram as seguintes:

- Falta de Formulários e Procedimentos comuns;
- Falta de manuais de instrução e formação;
- Falta de um cadastro actualizado das unidades respondentes;
- Falta de aplicativos electrónicos para processamento e análise dos dados;
- Não existem procedimentos claros para o tratamento de dados em falta;
- Os procedimentos para elaboração dos relatórios e controle de qualidade são deficientes ou inexistentes;
- A maioria dos técnicos não tem nenhuma formação na área de estatísticas;
- Falta de equipamento informático;
- Falta de meios circulantes.

Com base no grau de fragilidade dos processos estatísticos em cada um dos sectores, as respectivas fontes foram assim classificadas:



### **3 Desenvolvimento do sistema de produção dos dados estatísticos nos distritos e municípios**

O processo de produção das estatísticas territoriais assenta na promoção da cadeia de valor e processos estatísticos, assente no fortalecimento das DPINE's na gestão de qualidade e dos processos estatísticos ao nível da Província, sendo coadjuvado pelos técnicos dos diferentes sectores e pelos Agentes Distritais de Estatística, posto esse a ser criado e inserido na Secretaria Distrital em inícios de 2010.

O processo vai ser faseado tendo em conta três aspectos:

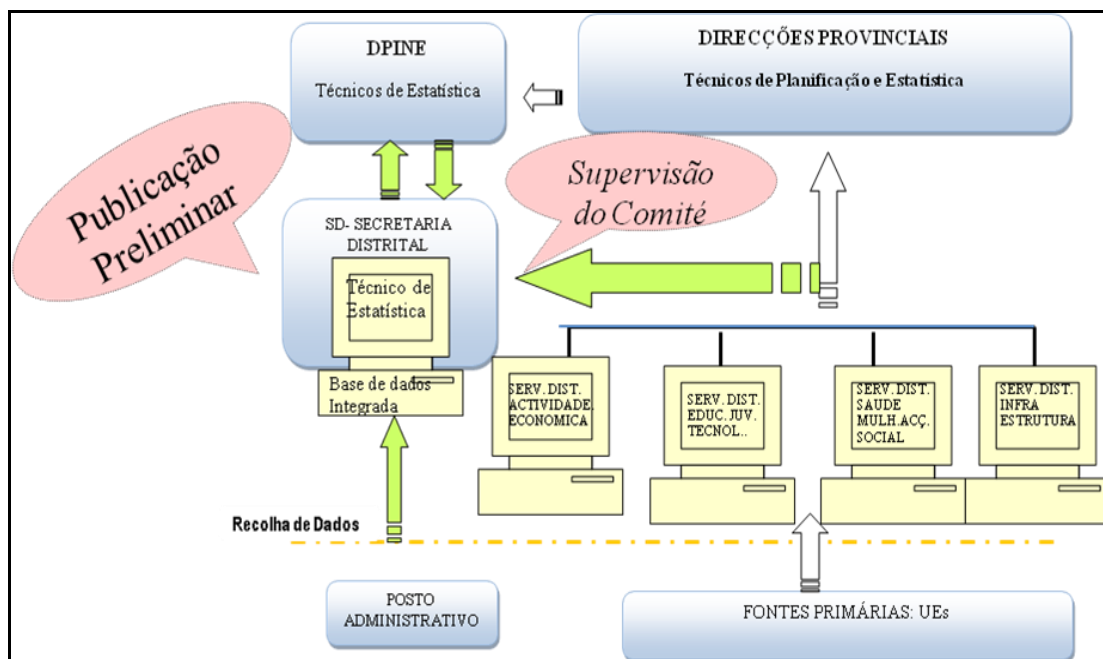
- A visão das Estatísticas Territoriais;
- As fases do processo de melhoria na produção de estatísticas Territoriais;
- As responsabilidades dos intervenientes aos diferentes níveis do território.

#### **3.1 Visão das Estatísticas territoriais**

Este plano orienta a formalização, ao nível do SEN, da constituição do seu terceiro nível de desagregação territorial que é o Distrito, aproximando mais o sistema das fontes dos dados e dos utilizadores. Desta forma, cada distrito será, progressivamente, responsável por produzir e disseminar as suas publicações. As actividades que estão a ser desenvolvidas ao nível provincial vão passar a ser desenvolvidas também ao nível distrital. O fluxo de dados vai ser canalizado via Secretarias Distritais directamente para as DPINE's em complemento do fluxo dos Serviços Distritais para as Direcções Provinciais e destas para as DPINE's, como acontece actualmente.

*Visão: Produzir estatísticas oficiais nos Distritos e Municípios com base nos actos administrativos.*

*Situação Futura*



Esta visão requer um período longo para a sua implementação, não podendo ser finalizada durante a fase de vigência do plano estratégico 2008-2012. Por isso, os alicerces para a sua concretização deverão ser criados dentro deste período. Nos capítulos que se seguem estão descritos os passos a seguir para a realização desta visão.

### 3.2 Fases do processo de melhoria da produção de estatísticas territoriais

O diagnóstico mostra que algumas fontes de dados são de relativa boa qualidade, nomeadamente os referentes aos sectores de saúde, educação e justiça. Porém, muitas outras fontes de dados vão precisar de grandes melhorias para atingir um padrão de qualidade aceitável. Esta melhoria de qualidade não será obtida simplesmente por via de formação genérica e aplicação de padrões de qualidade após a recolha dos dados, sendo necessária uma real modernização dos seus sistemas.

Tal implicará a mobilização de vários recursos materiais e financiamentos, sendo que a responsabilidade pela sua angariação é de cada um dos sectores. Este Plano prevê a criação de Comissões sectoriais nacionais e provinciais que garantirão a supervisão e monitoria do processo de melhoria de qualidade e modernização das fontes de dados estatísticos oficiais.

Os processos referentes às fontes que já têm boa qualidade não devem ser perturbados pelas alterações e modificações nos arranjos institucionais. Sob a direcção da Comissão Central de Qualidade, os dados vão ser inclusos na base de dados integrada e enviados para os distritos e províncias, para a sua disseminação como dados definitivos.

A maioria das melhorias de qualidade, nos sectores onde os processos se mostraram fragilizados, implicará uma revisão completa dos processos de recolha ao nível do sector, incluindo as metodologias e os procedimentos de tratamento dos dados em vigor em toda a sua cadeia de produção, desde o nível distrital ao nacional.

As etapas para a melhoria da qualidade dos dados abrangem:

1. Criar uma base de dados integrada com estatísticas de boa qualidade;
2. Criar comissões técnicas sectoriais de qualidade;
3. Formar os técnicos sobre os novos procedimentos.

### **3.2.1 Base de dados integrada das Estatísticas territoriais**

O INE em coordenação com as ODINE's terminou a constituição da 1ª versão da base de dados com desagregação distrital. Este processo continuará de forma a acomodar para além das estatísticas provenientes de fontes administrativas, todas as estatísticas oficiais que tenham desagregação até ao nível do distrito. Estas abrangem um número de indicadores em crescendo, à medida que a qualidade dos dados o permita.

Com esta base de dados pretendem-se alcançar os seguintes objectivos:

#### **Curto prazo**

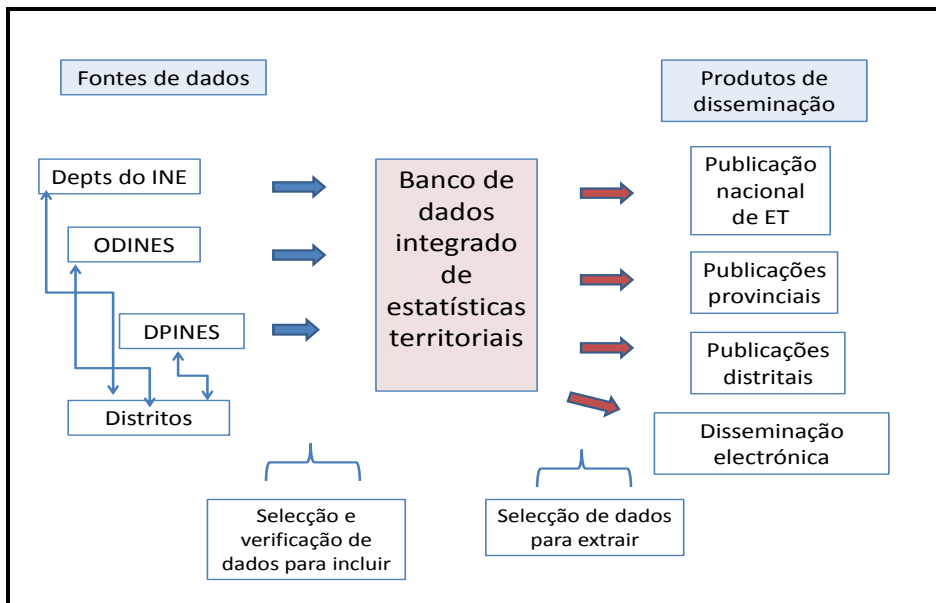
- Fornecer um meio de disseminar e promover a utilização de estatísticas de qualidade na base de fontes administrativas;
- Integrar as estatísticas seleccionadas de várias fontes e que tenham desagregação ao nível do distrito numa única fonte de referência;
- Actuar como o depositário de estimativas finais e definitivas para cada série de estatísticas sectoriais que está incorporada, em consonância com a política de revisões e publicações;
- Armazenar metadados sobre as séries;
- Fornecer dados para as publicações de estatísticas territoriais;
- Ser a base para a formação concreta dos Agentes Distritais de Estatística.

#### **Longo prazo**

- Fornecer um meio para os Técnicos de Estatística das Secretarias Distritais fazerem uma revisão e actualização das estatísticas no banco de dados e transmitir esta informação aos outros níveis (DPINE e INE); embora o INE Central mantenha o controlo final sobre o conteúdo do banco de dados;
- Fornecer um meio de armazenamento para outros grupos de dados, produzidos e utilizados apenas àqueles níveis, e que não fazem parte das estatísticas oficiais territoriais (por exemplo,

dados sobre projectos de desenvolvimento locais) até que atinjam os níveis de qualidade requeridos.

**Representação esquemática do papel do banco de dados, durante os próximos três anos**



**Características do banco de dados**

O banco de dados deve ter as seguintes características:

- Conter as estatísticas de diversos sectores, claramente definidos, com base na lista de indicadores prioritários;
- Incluir os dados brutos que constituem a base para o cálculo dos indicadores, bem como os próprios indicadores;
- Os dados devem somar entre os diferentes níveis para fornecer estimativas consistentes nos níveis superiores (provinciais e nacionais);
- Fontes e ligações para metadados devem ser documentadas no banco de dados;
- Estimativas preliminares e finais devem ser claramente distinguidas;
- Usar códigos geográficos padronizados para cada nível;
- Incluir séries que se estendem ao longo do tempo sempre que possível;
- Ser desenvolvido em software padrão do INE para os bancos de dados;
- Produzir com facilidade produtos para publicações estatísticas territoriais.

A versão do banco de dados utilizado para a divulgação electrónica para os usuários deve:

- Ter a capacidade de produzir tabelas, gráficos e mapas definidos pelo usuário;
- Ter versões em CD e on-line;
- Incluir protecção para prevenir a modificação dos dados;
- Ser baseada em software de acordo com o padrão do INE, e possivelmente ser incorporada num produto existente, tal como o ESDem.

### **Faseamento**

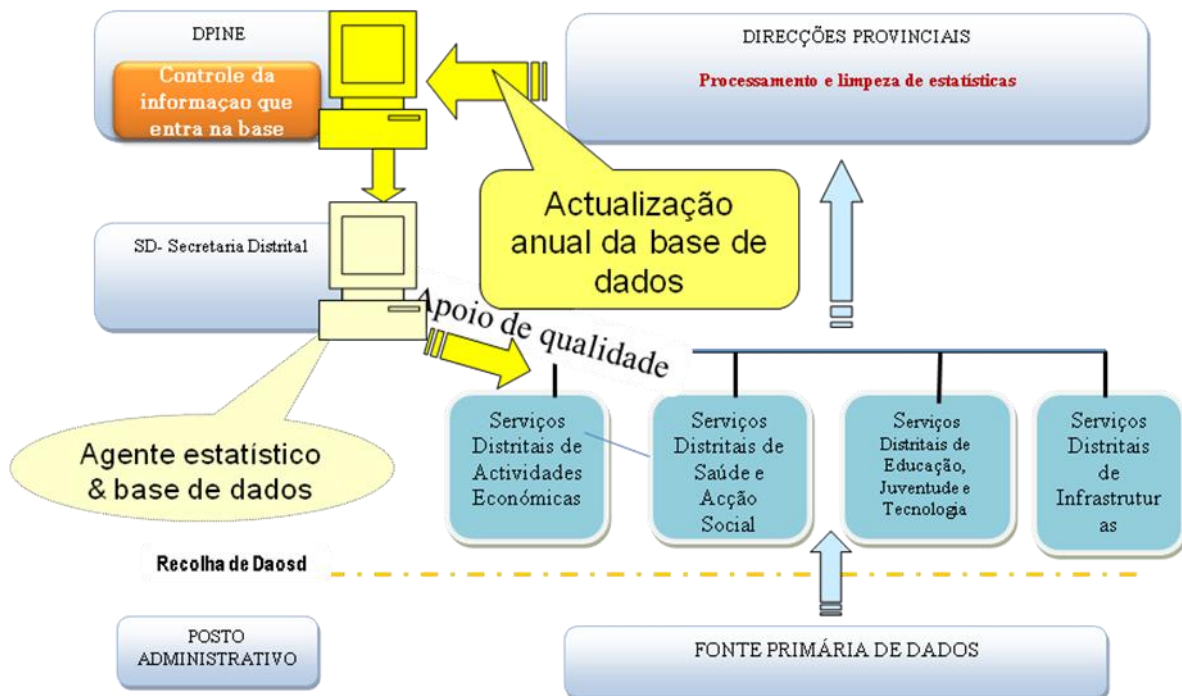
O desenvolvimento do banco de dados será um processo contínuo.

- Produção de um protótipo em Excel, que será transferido para um programa de banco de dados apropriado;
- Desenvolvimento de uma base para disseminação ‘on-line’;
- Alargamento progressivo da cobertura do banco de dados, tanto em termos de séries que estão incluídos, como em termos de unidades geográficas que ela representa;
- Disseminação e utilização da base de dados com os dados disponíveis até meados de 2010;
- Introduzir a actualização da base de dados nas províncias no início de 2011.

### **Dados actualmente disponíveis na base de dados integrada:**

- População;
- Indicadores da educação;
- Indicadores da saúde;
- Indicadores de bem-estar;
- Dados da agricultura provenientes do IIIRGPH;
- Classificação das actividades económicas e número de pessoas ao serviço (FUE).

### Actualização provincial da base de dados



#### 3.2.2 Publicações

Durante a vigência do plano estratégico 2008-2012, as estatísticas territoriais irão disponibilizar a informação que se encontra na sua base de dados e dar-lhe acesso electrónico, bem como proceder a uma publicação anual dos seus resultados.

A actualização da base de dados é anual e espera-se que à medida que todos os intervenientes consolidem os seus processos de produção de estatísticas se possam tirar publicações em períodos mais reduzidos.

A base de dados integrada vai permitir que a partir do nível distrital sejam produzidos:

- Quadros;
- Mapas;
- Gráficos.

#### 3.2.3 Comissões Técnicas de Qualidade

A todos os níveis do território vai existir uma comissão técnica sectorial de qualidade constituída por técnicos dos sectores aos diferentes níveis (Nacional, Provincial e Distrital), com o objectivo de regular a qualidade estatística para se ter um número acrescido de estatísticas oficiais.

Nesta primeira fase de implementação do plano serão criadas três Comissões Técnicas de Qualidade:

- Comissão Técnica Central de Qualidade;
- Comissão Técnica Sectorial de Qualidade (Central);
- Comissão Técnica Sectorial de Qualidade (Provincial).

Cada uma das comissões tem um responsável que é o chefe de departamento do sector no INE Central ou da DPINE, com excepção da Comissão Técnica de Qualidade Central cujo responsável será o coordenador do Projecto das Estatísticas Territoriais.

### **Comissão Técnica Central de Qualidade**

Localizado no INE-DICRE que responde directamente ao Presidente do INE. Esta Comissão irá desenhar:

- Códigos gerais de conduta;
- Padrões de qualidade;
- Instrumentos de avaliação que supervisionam a regulamentação de qualidade no sistema nacional de estatística.

### **Comissão Técnica Sectorial de Qualidade (central)**

O Departamento responsável, localizado no INE, é composto pelos técnicos dos sectores a nível do INE e dos Ministérios e coordenam directamente com o Comissão Central de Qualidade.

Têm a função de:

- Diagnosticar problemas de qualidade nos dados sectoriais;
- Identificar soluções para os problemas de qualidade;
- Elaborar um plano de melhoramento para recolha de estatísticas específicas;
- Velar pela implementação de melhoramentos;
- Aprovar os dados dos sectores como sendo de qualidade suficiente para serem incluídos como estatística oficial;
- Inserir-los na base de dados integrada das Estatísticas Territoriais;
- Garantir a produção mais harmonizada de estatísticas entre o INE e os sectores produtores.

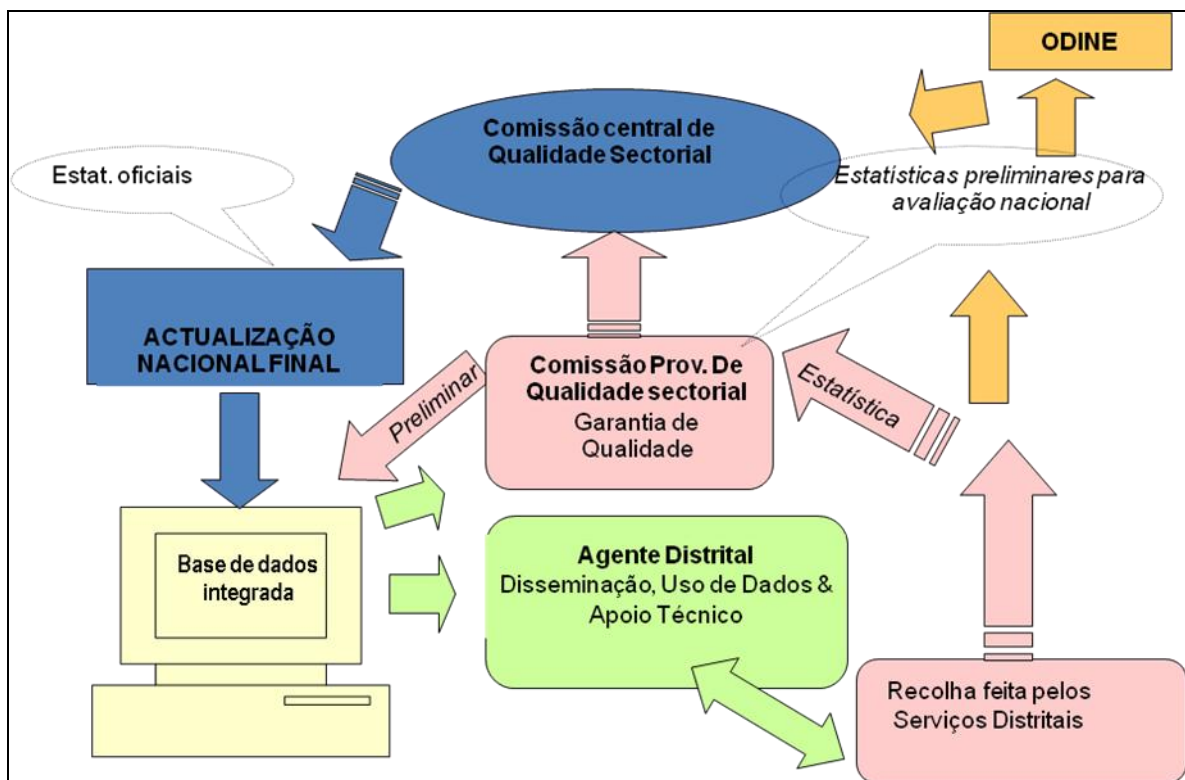
### **Comissão Técnica sectorial de qualidade (Provincial)**

O sector responsável, localizado na DPINE, coordena directamente com as Comissões Provinciais respectivas, e é composto pelos técnicos dos sectores a nível das DPINE's e das Direcções provinciais que coordenam directamente com o Comissão Sectorial de Qualidade (central)

Funções:

- As DPINE's vão fazer melhoramentos da qualidade de potenciais estatísticas oficiais, numa fase inicial na cadeia de produção;
- As Direcções Provinciais e as DPINE's devem analisar a qualidade dos dados provenientes dos Serviços Distritais respectivos e fazer as melhorias antes de serem introduzidos na base de dados integrada e enviada ao nível central para análise definitiva e disseminação;
- Garantir o uso de procedimentos comuns (entre províncias) na elaboração das publicações preliminares de estatísticas;
- Propor ao Comissão Sectorial de Qualidade (central) a inclusão de dados novos que julgam ter qualidade suficiente para se incluir na base de dados integrada.

### Funcionamento das Comissões



#### 3.2.4 Formar os técnicos sobre os novos procedimentos

A formação é a área mais importante para o sucesso da nossa visão. Todos os intervenientes devem conhecer e dominar os seus papéis neste processo pelo que serão objecto de formações de curta duração e a formação "In Job". As formações devem ser feitas sistematicamente durante todo o período de vigência do plano, e não só.

A Escola de Estatística vai incluir nos seus programas curriculares de curta duração, aos vários níveis territoriais, temas que visam responder a todas as necessidades de formação identificadas pelas Comissões Sectoriais de Qualidade.

Para 2010 está-se a organizar uma formação que vai envolver os técnicos sectoriais dos Serviços Centrais, Direcções Provinciais, Serviços Distritais e Secretarias Distritais. Para uma melhor contenção de custos e uma maior produtividade esta formação irá envolver somente os técnicos dos sectores cujos dados se encontram na base de dados integrada das estatísticas territoriais, e cuja fonte são os respectivos sectores, nomeadamente os sectores de Saúde e Educação.

Para além da formação acima mencionada o trabalho no âmbito da advocacia estatística irá complementar a actividade de formação. Na medida em que nos seminários e palestras organizadas pelas DPINE's e pelos Serviços Centrais, em coordenação com a Comissão Central de Qualidade, darão subsídios aos outros sectores mais frágeis, sociedade civil e governo no geral sobre a importância da estatística e da qualidade das mesmas.

Sendo assim termos dois tipos de formação ao longo da implementação do plano:

- Formação envolvendo técnicos dos sectores que disponibilizaram dados para a base de dados Integrada das ETs;
- Formação no âmbito da advocacia estatística envolvendo os governos locais, sociedade civil e outros produtores de estatísticas que se encontram fragilizados.

### **Formação envolvendo técnicos dos sectores que disponibilizam dados para a base de dados Integrada das ETs**

Esta formação deve ser desenvolvida anualmente e envolver os sectores cujos dados já se encontram na base de dados integrada. Neste primeiro ano os temas abordados são os seguintes:

- Conceitos básicos de estatística;
- Conceitos sobre qualidade e ética profissional;
- Uso da base de dados integrada das estatísticas territoriais - estrutura e actualização;
- Uso do Ficheiro das Unidades Estatísticas (FUE) - estrutura e actualização;
- Disseminação – Elaboração de quadros gráficos, análise e interpretação, elaboração e apresentação de um relatório.

Nos anos subsequentes as Comissões Sectoriais de Qualidade apresentarão as propostas de temas a serem abordados à Comissão Central de Qualidade (tanto na formação anual como nas formações nos locais de trabalho) que podem ser os mesmos ou outros, dependendo dos levantamentos que forem

fazendo durante as actividades de supervisão, monitoria e avaliação do processo. Estas formações serão feitas em coordenação com a Escola de Estatística.

Os técnicos a serem formados são técnicos de:

- Nível Central;
- Provincial;
- Distrital.

As formações poderão ser feitas integrando vários sectores em simultâneo ou abarcando um único sector, esta decisão será feita na base das recomendações das Comissões Sectoriais de Qualidade.

### **Formação no âmbito da advocacia estatística**

Neste âmbito a formação visa desenvolver a cultura estatística no seio dos usuários e produtores de informação estatística.

Os principais alvos nesta formação são:

- Governos locais;
- Sociedade civil;
- Produtores de estatísticas fragilizadas.

Esta formação pode ser realizada em seminários, palestras, sessão do governo, nas datas comemorativas das estatísticas e sempre que o INE for solicitado a intervir na sua qualidade de órgão reitor de estatísticas oficiais do País.

As formações desenvolvidas neste âmbito devem ser feita em coordenação com a Direcção de Coordenação e Integração de Relações Externas (Departamento de Difusão)

### **3.3 Responsabilidades dos intervenientes aos diferentes níveis**

Para a produção de estatísticas, existem procedimentos pelos quais se deve passar ao longo dos processos estatísticos e que envolvem várias fases, nomeadamente:

1. Identificação do problema/necessidade;
2. Concepção do sistema;
3. Produção dos instrumentos normativos do sistema e sua disseminação e implementação;
4. Recolha de dados;
5. Processamento de dados e verificação de qualidade;

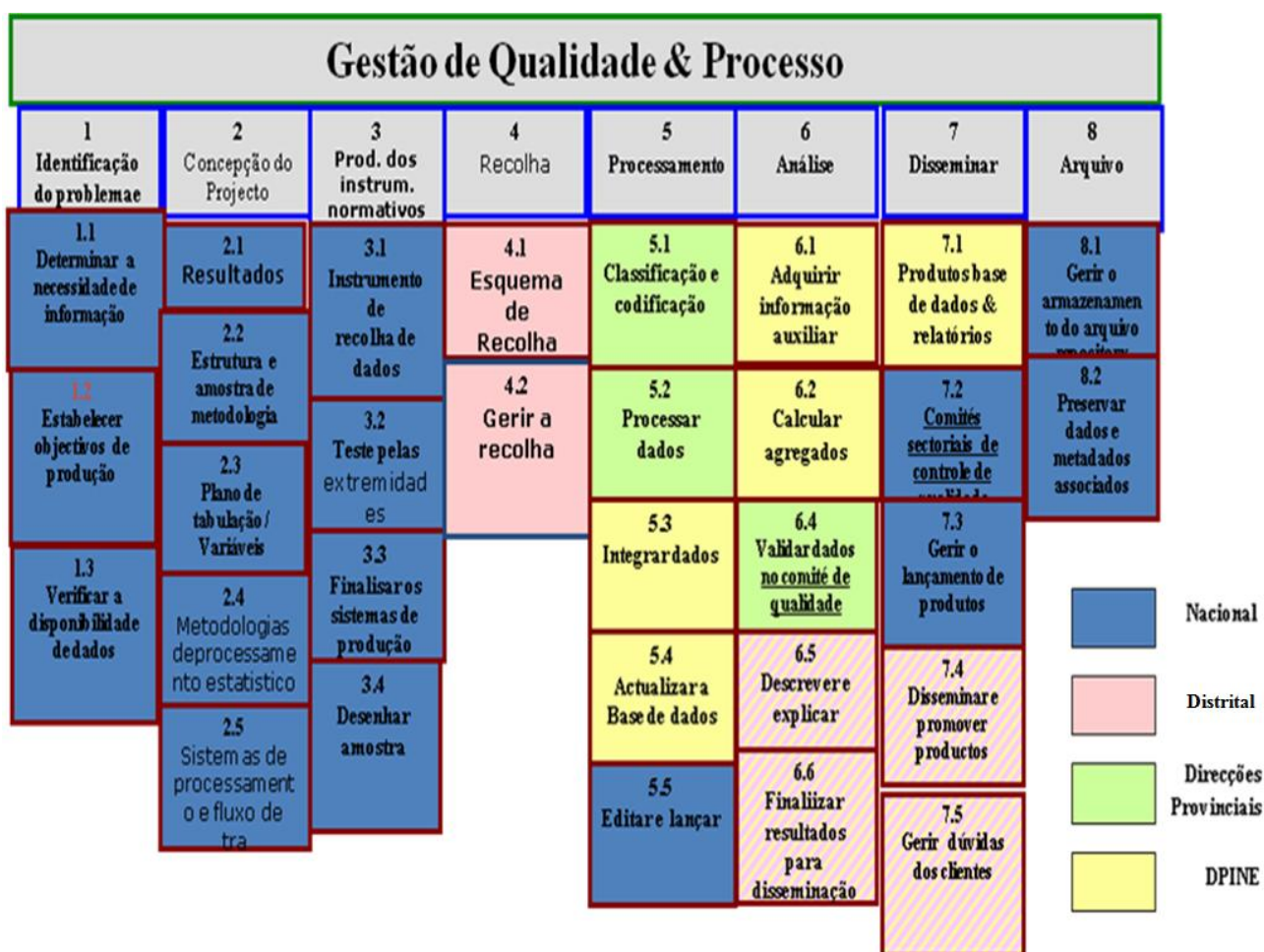
6. Análise de dados;
7. Disseminação dos dados;
8. Arquivo dos dados.

Estas fases do processo estatístico estão interligadas. Como já vimos anteriormente os sectores que foram classificados como do tipo 1 e 2, já tem todas essas fases desenvolvidas e só necessitam de as consolidar. Contrariamente os do tipo 3 e 4 praticamente necessitam iniciar o ciclo a partir das fases 2 ou 3.

Os indicadores dos sectores com classificação do tipo 4 só estarão disponíveis na base de dada integrada depois de 2012, ano do término do plano estratégico 2008-2012.

O esquema abaixo mostra a cadeia de produção de estatística identificando as responsabilidades aos diferentes nível nacional, provincial e distrital:

**Responsabilidades dos intervenientes aos diferentes níveis do território**



### **3.3.1 Responsabilidades de Nível Central**

O Nível central encontra responsabilidades divididas entre o INE, ODINE's e outros Ministérios produtores de estatísticas bem como os usuários. As responsabilidades não absolutas necessitam de muita coordenação, principalmente entre o INE e os sectores com a classificação do tipo 4 que ainda não tem as suas metodologias bem desenhadas.

#### **Responsabilidade do INE:**

- Coordenar a implementação de todas as fases;
- Garantir que nos Planos Estratégicos de cada ODINE, estejam previstas as actividades a desenvolver de acordo com a classificação obtida no Diagnostico dos processos estatísticos;
- Realizar consultas periódicas aos usuários sobre a qualidade dos dados disponibilizados e melhorias do funcionamento do SEN.

#### **Responsabilidade das ODINE's de fontes de dados tipo 1 e 2**

- Assegurar que todos os procedimentos estejam escritos, elaborar manuais com instruções e disponibilizá-los;
- Melhorar os questionários onde for necessário;
- Melhorar as infra-estruturas dos distritos que necessitem;
- Harmonizar a actualização do registo e quadros;
- Transferir algumas operações provinciais para os serviços distritais;
- Estabelecer a coordenação nos níveis, distrital, provincial e nacional, dentro do sector e entre este e o INE;
- Assegurar a formação dos técnicos sobre os novos procedimentos.

#### **Responsabilidades das ODINE's de fontes de dados tipo 3**

- Introduzir o formulário padronizado da publicação dos dados;
- Introduzir os procedimentos padronizados das publicações dos dados;
- Introduzir procedimentos padronizados de limpeza e verificação;
- Introduzir recolha, limpeza e arquivo de dados em aplicações electrónicas;
- Realizar formações no local de trabalho sobre os novos procedimentos e fazer a supervisão;
- Rever os métodos de actualização dos registos e das fontes;

- Elaborar a Documentação completa do sistema.

### **Responsabilidades de ODINE's de fontes de dados tipo 4 e outros Ministérios**

- Revisão da metodologia do sistema;
- Introdução de formas estandardizadas e procedimentos, como uma medida temporária;
- Preparar uma reforma de longo prazo e processo de reengenharia.

### **3.3.2 Responsabilidades de Nível Provincial**

Enquanto o terceiro nível de desagregação do SEN não estiver em condições de assumir o seu papel, as DPINEs e as Direcções Provinciais terão de partilhar as responsabilidades, sem esquecer dos usuários ao nível da província e do distrito.

#### **Responsabilidades das DPINE's**

- Integrar dados e actualizar a base de dados;
- Adquirir informação auxiliar para análise;
- Calcular Agregados;
- Finalizar resultados para disseminação;
- Disseminar produtos da base de dados integrada;
- Gerir as dúvidas dos usuários.

#### **Responsabilidades das Direcções Provinciais**

- Uso de códigos e classificadores padronizados;
- Processar dados;
- Disponibilizar os dados à DPINE para actualizar a base de dados integrada;
- Validar os dados do respectivo sector constantes na base de dados integrada;
- Assegurar que os técnicos dos Serviços Distritais estejam informados e fazer uso dos novos procedimentos.

### **3.3.3 Responsabilidades do Nível Distrital**

Até ao término do período de vigência do PE 2008-2012, as responsabilidades principais a este nível serão de recolha onde os serviços distritais desempenham um papel fundamental.

#### ***Responsabilidades das Secretarias Distritais***

- Garantir a existência de um técnico que responde pela área das estatísticas;
- Articular com a DPINE assegurando a disponibilidade da versão recente da base de dados;
- Manter um arquivo de publicações e meios de comunicação electrónicos da disseminação;
- Ser proactivo na disseminação de informação estatística e encorajar potenciais usuários;
- Responder às necessidades de informação, manter um registo das exigências e um arquivo escrito das respostas;
- Assistir aos processos de recolha de dados;
- Assegurar que os códigos de ética das estatísticas oficiais estão a ser seguidos pelos Serviços Distritais;
- Verificação dos dados e reportagem dos problemas de perfeição, qualidade e consistência à DPINE.

## 4 Plano de trabalho

		Responsável	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012+
1	<b>Recursos Humanos</b>					
1.1	Descrição dos postos de trabalho, termos de referência & competências necessárias acordadas.	ET/sectores				
1.2	Técnicos de estatísticas do distrito recrutado e formação inicial dada	ET				
1.3	Mecanismos de avaliação do pessoal e gestão da carreira instalados (Sistemas de carreira e progressão profissão)	DARH				
1.4	Plano de formação e conteúdos acordados	ET				
1.5	Códigos de ética e profissionais desenvolvidos para o SEN	DARH				
2	<b>Avaliação das capacidades</b>					
2.1	Avaliação das capacidades do distrito completada	ET				
2.2	Custo e plano para melhoria das infra-estruturas	ET				
2.3	Equipamento instalado em todos os distritos & municípios para as estatísticas	Sectores/Distrito				
2.4	Formação profissional dos agentes estatísticos & serviços distritais	ET/ENE				
3	<b>Avaliação da qualidade</b>					
3.1	Diagnóstico completo nas províncias	ET				
3.2	Compilação dos metadados para as fontes das ET	ET				
3.3	Primeira avaliação da qualidade	ET				
3.4	Acordar sobre o faseamento do processo de melhoria das fontes de dados	ET/Sectores				
3.5	Primeira Comissão Nacional Coordenação da Qualidade (CNCQ) e Comissão Técnica Sectorial de Qualidade, (CTSQ).	ET/Sectores				
4	<b>Melhoria dos dados</b>					
4.1	Revisão do diagnóstico e metadados pelo CTSQ.	Sectores				
4.2	CTSQ implementar as melhorias das fontes de dados para a 1ª fase.	DESE, DEMOVIS, MEC, MSAU				
4.3	Criação das comissões técnicas sectoriais de qualidade nas províncias (CTSQP.)	DPINE, DPE e DPS				
4.4	Planos de melhoria em curso e financiamentos para a 1ª fase assegurada	ET				
4.5	1ª fase da formação do pessoal.	ET				
4.6	1ª fase de monitoria pelas comissões .	ET/ Sectores				
4.7	Introdução dos dados nos distritos e municípios.	DPINE/Distritos				
4.8	Compilação e supervisão transferida para a DPINE	ET/DPINE				
4.11	Responsabilidades das publicações transferidas para o INE/DPINE	ET/ DPINE				
5.1	2ª Fase da descentralização do SEN (passos como em cima)	ET/Sectores/distrito				

		Responsável	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012+
5.2	3ª Fase da descentralização do SEN programada	ET/Sectores/ distrito				
	<b>Base de dados &amp; Publicações</b>					
6.1	Desenvolvimento da arquitectura de uma base de dados integrada provisória	ET				
6.2	Base de dados com os dados de 2007/08 inseridos	ET/Sectores				
6.3	Desenvolvimento do mapeamento territorial	ET				
6.4	Primeira Publicação Distrital lançada	ET/D				
6.5	Primeiro resumo Nacional produzido	ET/DDD				
6.6	Contínuo desenvolvimento da base de dados integrada	ET/DISE				
6.7	<i>Website</i> desenvolvido para disseminar os resultados	ET/DDD				
6.8	Início da recolha de dados dos anos seguintes	Distritos				
6.9	Instalar base de dados integrada em cada distrito	ET				
6.10	Formar todos os técnicos de estatística das secretarias distritais para a utilização	ET				
6.10	Calendário antecipado de Publicações	ET/DDD				
	<b>Coordenação Institucional</b>					
7.1	Plano de fortalecimento das ET finalizado e aprovado	ET				
7.2	Papéis e responsabilidade acordados entre o INE/Ministérios & Distritos	INE/SEN				
7.3	Acordar os protocolos de publicação e disseminação de dados	INE/SEN				
7.4	Articulação estabelecida e apoio ao trabalho dos padrões de qualidade do INE	INE/SEN				
7.5	Acordar os padrões sectoriais para os dados de rotina	INE/SEN				
7.6	Publicar, formar e disseminar os padrões de qualidade nos distritos	ET				
7.7	Modificações legais relacionadas com o SEN aprovadas	INE/SEN				
7.8	Plano de monitoria	ET				

## **5 Recursos necessários para implementação do plano**

O sucesso da implementação deste plano depende da disponibilização atempada de todos os recursos necessários a sua execução.

### **5.1 Recursos Humanos**

Os recursos que serão envolvidos no Fortalecimentos das Estatísticas Territoriais são os técnicos que se encontram a trabalhar nos sectores na área de estatísticas aos diferentes níveis. O diagnóstico dos processos estatísticos mostrou que existe pelo menos um técnico nos Serviços Distritais que responde pela área de estatísticas.

A falta de uma formação especializada é o principal constrangimento que se espera superar com as diferentes formações que se pretende oferecer.

Pelas especificidades da actividade que vai desenvolver, exige-se que o técnico da Secretaria Distrital que vai responder pela área de estatística tenha no mínimo o nível médio com forte conhecimento de matemática.

O recrutamento dos técnicos é da responsabilidade de cada sector e da administração a cada nível territorial.

### **5.2 Recursos Materiais**

Os recursos materiais a serem utilizados são os que se encontram alocados aos sectores para efeitos de produção de estatísticas e de gestão dos mesmos.

Outros equipamentos adicionais serão adquiridos mediante os resultados provenientes do diagnóstico dos processos estatísticos realizado em 2009, em anexo.

Para o período de implementação referente ao plano estratégico em vigência, todas as secretarias distritais deverão ter pelo menos: Computador, Impressora, Fotocopiadora, Data show, Gerador, Consumíveis e Fundo de maneiio.

Nos anos subsequentes, quando o subsistema for transferido para os distritos todos os Serviços Distritais deverão ter computadores com os aplicativos para a entrada de dados.

### **5.3 Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros necessários para a implementação do plano, excluindo os custos da assistência técnica, são estimados em 3,6 milhões de USD, com a seguinte discriminação.

Este valor é conservador, o que fica evidente se considerarmos que o mesmo corresponde a um encargo anual por distrito do equivalente a cerca de 9.375 USD.

<b>Orçamento para o Fortalecimento das ET</b>		<b>un. 1000 USD</b>			
<b>Nº ord</b>	<b>Discrição</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012+</b>	
<b>1</b>	<b>Formação</b>	<b>726,50</b>	<b>549,00</b>	<b>549,00</b>	
1.1	Ajudas de custo	650,00	472,50	472,50	
1.2	Passagens aéreas	12,27	12,27	12,27	
1.3	combustivel	0,75	0,75	0,75	
1.4	Serviços	63,48	63,48	63,48	
<b>2</b>	<b>Equipamento</b>	<b>768,00</b>	<b>79,20</b>	<b>79,20</b>	
2.1	Computadores	288,00	28,80	28,80	
2.2	Impressora	72,00	7,20	7,20	
2.3	Fotocopiadora	72,00	7,20	7,20	
2.4	Motorizada	336,00	36,00	36,00	
<b>3</b>	<b>Funcionamento</b>	<b>110,61</b>	<b>110,61</b>	<b>110,61</b>	
3.1	Contratação de Técnicos	50,00	50,00	50,00	
3.2	Serviços e bens nao duraveis	60,61	60,61	60,61	
<b>4</b>	<b>Supervisão e Monotoria</b>	<b>105,00</b>	<b>217,50</b>	<b>217,50</b>	
4.1	Provincial	105,00	157,50	157,50	
4.2	Distrital	-	60,00	60,00	
<b>Total</b>		<b>1.710,11</b>	<b>956,31</b>	<b>956,31</b>	<b>3.622,73</b>

<b>Anexo:A Lista de Indicadores/ dados usados para o diagnostico</b>				
<b>Grupo</b>	<b>Sub-Grupo</b>	<b>Número</b>	<b>Designação</b>	<b>Classificação</b>

				GI	GII	G I I
<b>1</b>			<b>Caracterização do Território</b>			
	<b>A</b>		<b>Território e Clima</b>			
		1	Situação Geográfica: Div. Política Administrativa, Governo			
		2	Características do Território (solos, águas interiores)			
		3	Clima			
<b>2</b>			<b>População e Indicadores Sociais</b>			
	<b>A</b>	1	<b>População</b>			
	<b>B</b>		<b>Educação (Público, Privado e Comunitário)</b>			
			<b>Levantamento de Março</b>			
			<b>INFRAESTRUTURAS DE EDUCAÇÃO</b>			
		1	Estabelecimentos Escolares por nível de ensino e tipo de Material/construção			
		2	Salas de Aula segundo Material de Construção			
		3	Turmas sem sala de aula - ao ar livre			
		4	Internatos e Capacidade (nr de ocupantes)			
			<b>ESTUDANTES</b>			
		5	Alunos matriculados por nível, sexo,			
		6	Alunos matriculados por idade, sexo,			
		7	Turmas por níveis de ensino			
		8	alunos Repetentes por níveis e sexo			
		9	Alunos internos por grau e sexo			
		10	Alunos por turma			
		11	Alunos em Situações Díficeis (órfãos, em sit. Pobreza) por níveis e sexo			
		12	Alunos com livro escolar gratuito			
		13	Alunos por Professor			
			<b>CORPO DOCENTE</b>			
		14	Professores por sexo e qualificação profissional			
		15	Professores por sexo e nível de educação			
		16	Professores por disciplina			
		17	Professores com materiais de ensino (ensino primário)			
		18	Professores por Turma / por aluno			
			<b>EDUCAÇÃO DE ADULTOS</b>			
		19	Alunos na educação de adultos			
<b>NB:</b>			<i>Para o ensino técnico indicar também o ramo</i>			

			<i>de aprendizagem</i>			
			<b>Levantamento de Dezembro</b>			
		20	Alunos que concluíram o ano escolar por nível, grau e sexo			
		21	Alunos que fizeram exame por nível, grau e sexo			
		22	Alunos aprovados por nível, grau e sexo			
		23	Alunos por grau e aproveitamento por disciplinas			

	<b>C</b>		<b>CULTURA</b>			
		1	Cinema			
		2	Número de Cinemas por nível de lotação			
		3	Sessões exibidas e bilhetes vendidos			
		4	Origem dos filmes			
		5	Museus			
		6	Museus por tipologia			
		7	Visitantes por origem e por sexo			
		8	Rádios			
		9	Número e tipo de rádio			
		10	Tempo de transmissão			

	<b>D</b>		<b>Saúde (Público)</b>			
			<b>SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
		1	Consultas externas			
		2	Consultas Pré-Natais (1 <sup>as</sup> conslts)			
		3	Consultas Pré-Natais (consultas seguintes)			
		4	Partos			
		5	Partos Assistidos na Comunidade			
		6	Consultas pós-parto			
		7	0-11 meses (1 <sup>as</sup> conslts)			
		8	0-11 meses Consultas seguintes			
		9	1-4 anos (1 <sup>as</sup> conslts)			
		10	1-4 anos consultas seguintes			
		11	Total de 1 <sup>as</sup> consultas			
		12	Total de consultas de estomatologia			
			<b>Vacinações</b>			
		13	BCG			
		14	Polio 1 <sup>a</sup> dose			
		15	Polio 3 <sup>a</sup> dose			
		16	DPT/Hep. B 1 <sup>a</sup> dose			

	17	DPT/Hep. B 3ª dose	
	18	Sarampo	
	19	VAT 1ª dose Mulheres grávidas	
	20	VAT 1ª dose MIF	
	21	VAT 1ª dose estudantes não MIF	
	22	VAT 1ª dose Trabalhador não MIF	
		<b>INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES SANITÁRIAS (Sector Público)</b>	
		<b>Unidades sanitárias (por tipo)</b>	
	23	<b>Hospitais</b>	
	24	Hospitais Rurais	
	25	Hospitais Gerais	
	26	Hospitais Distritais	
	27	<b>Total</b>	
		<b>Centro de Saúde</b>	
	28	Centro de Saúde Tipo I	
	29	Centro de Saúde Tipo I	
	30	Centro de Saúde Tipo II	
	31	Centro de Saúde Tipo A	
	32	Centro de Saúde Tipo B	
	33	Centro de Saúde Tipo C	
	34	<b>Total</b>	
		<b>Camas</b>	
	35	Camas maternidade	
	36	Camas Pediatria	
	37	Camas gerais	
	38	<b>Total</b>	
		<b>Equipamento</b>	
	39	Veículos	
	40	Motorizadas	
	41	Geleiras	
		<b>Pessoal por nível de formação e sexo</b>	
	42	Superior	
	43	H	
	44	M	
	45	Médios	
	46	H	
	47	M	

	48	Básicos			
	49	H			
	50	M			
	51	Elementar			
	52	H			
	53	M			
	54	Apoio Geral			
	55	H			
	56	M			
		<b>EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CASOS E ÓBITOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA</b>			
		<b>Sarampo</b>			
	57	< 9 meses			
	58	9-23 meses vacinadas			
	59	9-23 m. não vacinadas			
	60	>= 24 meses			
	61	<b>Tétano recém nascido</b>			
		<b>Malária confirmada</b>			
	62	0-4 anos			
	63	5 anos e +			
		<b>Síndrome Febril (febre não especificada)</b>			
	64	0-4 anos			
	65	5 anos e +			
	66	<b>Peste</b>			
	67	<b>Paralisia Flácida Aguda</b>			
		<b>Diarreia</b>			
	68	0 - 4 anos			
	69	5 - 14 anos			
	70	15 anos ou mais			
	71	<b>Disenteria (Shigella)</b>			
	72	<b>Cólera</b>			
	73	<b>Mordeduras de animal</b>			
	74	<b>Raiva</b>			
		<b>Meningite (incluindo suspeitas)</b>			
	75	0-4 anos			
	76	5 anos e +			
<b>E</b>		<b>Ação Social ()</b>			

			<b>Serviços Sociais</b>			
		1	Centros e escolas de crianças em idade pré escolar			
		2	Grupos Vulneráveis Identificados e Reintegradas			
		3	Centros de Apoio aos Grupos de Crianças Vulneráveis			
		4	Centros de Apoio aos Grupos de Idosos Vulneráveis,			
		5	Beneficiários assistidos pelo "Programa subsídio de alimentos"			
		6	Contribuintes e beneficiários do sistema de segurança social			

	<b>F</b>		<b>Crime e Justiça</b>			
			<b>Movimento Criminal (Ocorridos, esclarecidos) Por Tipo, Sexo e Grupos de Idade</b>			
		1	Contra a propriedade			
		2	Contra as pessoas			
		3	Contra a ordem e tranquilidade pública			
			<b>Movimento geral de reclusos</b>			
		4	Detidos			
		5	Condenados			
		6	Saídas			
			<b>Processos criminais segundo o tipo de crimes e situação</b>			
		7	Transgressão			
		8	Querela			
		9	Policia Correccional			
		10	Sumário - Crime			
		11	Incidentes			
			<b>Ações dos Processos</b>			
		12	Ações Declarativas			
		13	Ações Executivas			
		14	Divórcios			
		15	Inventários			
		16	Jurisdição Laboral			
		17	Jurisdição de Menores			
			<b>Registo Civil e Notariado</b>			
		18	Registo de nascimeto, casamentos e obitos segundo a sua proveniência,			
		19	Registo Notariado segundo a sua proveniência,			
		20	Registo Comercial segundo a sua localização			
		21	Registo Predial segundo a sua localização			

	<b>G</b>		<b>Força de Trabalho</b>
		1	Força de Trabalho Ocupada por Grau de Ensino mais alto completado e Género
		2	Distribuição da Força de Trabalho Ocupada por Sector(ramo de actividade) e Género
<b>3</b>			<b>Actividades Económicas</b>
	<b>A</b>		<b>Unidades Estatísticas</b>
		1	Unidades Estatísticas por Ramo, Dimensão, Nr de Pessoas ao Serviço

	<b>B</b>		<b>Agricultura</b>
		1	Número de Pedidos e concessão de Terra por Tipo de Projecto
		2	Extensão Rural
		3	Nº Redes de Extensão
		4	Nº de Extensionistas
		5	Nº Camponeses Assistidos
		6	Nº de membros de Associações
		7	<a href="#">Nº de camponeses por Extencionista</a>
			<b>Superfície Explorada em Ha</b>
		8	Terra Arável
		9	Área Cultivada
		10	Área Perdida
			<b>Produção por tipo Cultura em Ton</b>
		11	Culturas de Rendimento
		12	Cereais
		13	Leguminosas
		14	Raizes e Tubérculos
		15	Hortícolas
		16	<b>Sistemas de Irrigação por Tipo</b>
			<b>Pecuária</b>
		17	Efectivo Pecuário
			<b>Sanidade Animal</b>
		18	Vacinações e Tratamento
			<b>Infraestruturas</b>
		19	Tanque carracidas
		20	Tanques Carracidas
		21	Mangas de Tratamento

	<b>C</b>		<b>Pesca</b>
		1	Numero de Associações , embarcações e membros para Pesca Artesanal e Semi-Industrial,
		2	PESCA ARTESANAL

		3	PESCA SEMI-INDUSTRIAL
		4	Aquacultura

	<b>D</b>		<b>Ambiente</b>
		1	Areas Queimadas
		2	Areas para Habitação e Talhões Distribuidos
		3	Erosão
		4	Conflitos Homem Animais Bravios
		6	Florestas Comunitárias
<b>4</b>	<b>A</b>		<b>Transportes e comunicacoes</b>
		1	Rede de Estradas por classes e tipo
		2	Serviços de Viação
		3	Livretes Emitidos
		4	Veiculos registados
		5	Escolas de Condução
		6	Cartas emitidas
	<b>B</b>		<b>Turismo</b>
		1	Movimento Turistico
		2	Estabelecimentos Hoteleiros por classe/categoria
		3	Nº de camas
		3	Nº de camas
	<b>C</b>		<b>Recursos Minerais</b>
		1	Explorações Minerais por produto

	<b>D</b>		<b>Energia Eléctrica</b>
		1	Energia Electrica por fonte (gerador, painel solar, Cahora Bassa)
		2	Beneficiários
	<b>E</b>		<b>Finanças e Investimento</b>
		1	Receitas consignadas
		2	Projectos de Iniciativa Local
		3	Investimentos Estrangeiros

Legenda  
:

Indicadores classificados como GRUPO 1

Indicadores classificados como GRUPO 2

Indicadores Classificados como GRUPO 3

**Duas cores:** Indicadores que tendem para os dois níveis, i.e, podem ser do GRUPO 2, mas que com pequenas melhorias dos processod de recolha, podem passar para o GRUPO 1

ANEXO B: Quadro de Avaliação de Qualidade do FMI

<b>0. Pré-requisitos da Qualidade</b>	
<b>0.1 Ambiente Legal</b>	A presença de leis que protegem os dados e a confidencialidade dos registos dos respondentes nos serviços distritais.
<b>0.2 Recursos proporcionais de acordo com as necessidades dos programas estatísticos</b>	Existe pelo menos um computador a funcionar e tem uma fonte de electricidade para a publicação dos dados.
<b>0.3 Relevância</b>	<i>INE consulta usuários sobre as suas necessidades no distrito.</i>
<b>0.4 Outros aspectos da gestão de qualidade</b>	<i>Padrões de qualidade cobrem as publicações observadas nos distritos</i>
<b>1. Integridade</b>	
<b>1.1 Profissionalismo</b>	<i>O lançamento dos dados é determinado pelo INE com base nas decisões técnicas.</i>
<b>1.2 Transparência</b>	<i>Metadados são publicadas, existe um calendário avançado. Política de publicação está no lugar.</i>
<b>1.3 Normas éticas</b>	<i>Existência de códigos de ética no distrito e se são observados.</i>
<b>2. Metodologia correcta</b>	
<b>2.1 Conceitos e definições</b>	Se os distritos usam os instrumentos e procedimentos de publicação padronizada. Dados são publicados com a mesma periodicidade.
<b>2.2 Visão</b>	Todos os distritos publicam da mesma "população" das potenciais unidades respondentes.
<b>2.3 Classificação/sectorização</b>	Distritos usam a mesma classificação que é consistente com a do INE.
<b>2.4 Bases de registo</b>	Não é relevante para as estatísticas distritais
<b>3. Exactidão e fiabilidade</b>	
<b>3.1 Fonte de dados</b>	Se os procedimento padrões das publicações e limpeza dos dados são usados em todos os distritos.
<b>3.2 Avaliação das bases de dados</b>	Se os registos são regulares e frequentemente actualizados nos distritos.
<b>3.3 Técnicas estatísticas</b>	Se os ajustamentos e correcções são realizados através de uma boa base e regularmente.
<b>4. Utilidade</b>	
<b>4.1 Prazo de difusão e periodicidade</b>	<i>Se os resultados são publicados de acordo com o calendário avançado lançado.</i>
<b>4.2 Consistência</b>	Se a consistência é verificada após um período de 3 anos e se é satisfatória.
<b>4.3 Revisão</b>	<i>Se as revisões dos dados está claramente identificado e se seguem o calendário disponível e publicado.</i>
<b>5. Acessibilidade</b>	
<b>5.1 Dados</b>	<i>Se as estatísticas são lançadas na data pré-estabelecida. Se a política de publicação está disponível.</i>
<b>5.2 Metadados</b>	<i>Documentação dos conceitos, visão, classificações, base do registo, fonte de dados e técnicas de estatística disponíveis.</i>
<b>5.3 Assistência aos usuários</b>	<i>Pontos de contacto disponíveis para os usuários nos distritos e nas províncias.</i>

ANEXO C: Critérios usados no processo de avaliação

Questões Piloto Formulário	Questão de capacidade de cada fonte de dados <i>Comparação entre os Distritos</i>	Consistência	
		Sim	Não
<b>B DESCRIÇÃO DA RECOLHA DOS DADOS, PROSS. E REGISTO</b>			
1	Todos os distritos usam o mesmo instrumento para a recolha de dados		1
2	Cada distrito cobre a mesma 'população' de respondentes		1
3	A base para seleccionar os respondentes é semelhante e cientificamente fundada		1
4	A regularidade da recolha de dados é a mesma em todos os distritos		1
5			
6	É usada uma classificação padrão para as principais variáveis		1
7			
8			
9			
10	Todos os distritos introduzem os dados electronicamente		1
11	Qual (nível de governação) para onde os dados são enviados do distrito		1
12	É a mesma periodicidade dos relatório para o próximo nível governamental		1
13	É usado o mesmo formato nos relatórios dos dados para o próximo nível de governação		1
<b>C COMPILAÇÃO, EDIÇÃO &amp; ENVIO DOS DADOS</b>			
1			
2			
3			
4	O método de correcção usado é igual em todos os distritos		1
5			
6	É usado um manual de instrução para a correcção dos dados existentes em todos os distritos		1
7			
8	É mantido sempre um arquivo das alterações dos dados realizadas.		1
9			
10	São feitas verificações dos erros nas fontes de dados em todos os distritos		1
11			
12	É feito sempre uma verificação completa das respostas obtidos em todos os distritos		1
13			
14			
15			
16			
17	Usam a mesma fonte adicional de informação para fazer as correcções		1
18			
19	Usam a mesma periodicidade para transmitir os dados ao nível acima em todos os distritos.		1

Questões Piloto Formulário	Questão de capacidade de cada fonte de dados <i>Comparação entre os Distritos</i>	Consistência	
		Sim	Não
<b>D</b>	<b>Actualização da Lista</b>		
1			
2	Foi visto o registo de todas as unidades potenciais nos distritos		1
3			
4	Todos os revêm o seu registo pelo menos uma vez por ano		1
5			
6	Todos os distritos usam a mesma fonte de informação para actualizar o registo		1
7			
8			
9	O envio das revisões para outros níveis de governação é feito com a mesma regularidade		1
<b>E</b>	<b>ANÁLISE &amp; DISSEMINAÇÃO</b>		
1			
2			
3	Todos que compararam os dados nos últimos 3 anos encontraram alguma consistência		1
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
<b>F</b>	<b>CAPACITAÇÃO &amp; QUALIDADE DOS PRÉ-REQUISITOS</b>		
1			
2			
3	Todo o pessoal dos distritos tem conhecimento que os dados são protegidos por lei para a confidencialidade		1
4			
5			
6			
7	Todos tem alguma formação no responsável senior		1
8			
9			
10			
11			
12	Todos os distritos tem electricidade nos escritórios		1
13			
14	Todos os distritos tem pelo menos 1 computador a funcionar em ordem		1
15	Todos tem disponível o Excell/Acess para uso		1
16			
17			

ANEXO D: Avaliação de qualidade por fonte

Fonte de dados	Vermelho	Amarelo	Verde	Total	Classificação	Tipo
Educação	0	1	4	5	1	Tipo 1
Saúde	1	2	3	6	2	Tipo 2
Crime & Justiça	0	3	5	8	3	Tipo 2
Finanças & Investimento	0	7	6	13	4	Tipo 3
Agricultura	1	5	10	16	5	Tipo 3
Acção Social	2	5	9	16	5	Tipo 4
Infraestrutura	2	6	10	18	8	Tipo 4
Ambiente	2	8	8	18	8	Tipo 4
Pesca	2	7	10	19	10	Tipo 4
Turismo	3	6	10	19	11	Tipo 4
Energia	2	9	11	22	12	Tipo 4
Cultura	2	9	12	23	13	Tipo 4